

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
5º CONCURSO PARA O CARGO DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO

1995

PROVAS ESPECÍFICAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO: (20 pontos)

Dezenas de servidores foram admitidos, em julho de 1988, em funções de nível médio por sociedade de economia mista municipal, sem submissão a concurso público. Em setembro de 1990, são promovidos, por ascensão funcional, a posições de nível superior dentro do plano de cargos e salários da empresa. Em maio de 1994, a própria entidade empregadora, com o patrocínio de seu corpo de advogados internos, ajuíza ação popular requerendo a anulação das contratações, ao argumento central de que a vigente ordem constitucional brasileira exige a prévia aprovação em concurso público para a investidura de que se trata. Requer, ainda, alternativamente, a anulação dos atos de promoção. Contestando a ação, invocam os Réus a proteção da estabilidade no serviço público, sustentando, ainda, a inexistência de lesividade, sob a consideração de que a contrapartida laboral foi efetivamente prestada. Queira analisar os vários aspectos constitucionais envolvidos na questão, fundamentando a resposta.

2ª QUESTÃO: (20 pontos)

É possível, em face dos dizeres da Constituição, a decretação de indisponibilidade de bens de sequestrados e seus familiares, mediante medida provisória? Justifique o ponto de vista.

3ª QUESTÃO: (20 pontos)

Decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo considerou inaplicável o art. 33 do ADCT da Constituição Federal de 1988, por considerá-lo

incompatível com os arts. 5º e 100 do corpo permanente da mesma Carta. Comente tal decisão.

4ª QUESTÃO: (20 pontos)

O Estado do Rio de Janeiro edita ampla e minuciosa legislação tributária. Mais tarde, a União vem legislar sobre a mesma matéria, ocorrendo inúmeros conflitos entre dispositivos de ambas as legislações, a estadual e a federal. Posteriormente, por conter inúmeras imperfeições, a legislação editada pela União é integralmente revogada.

Pergunta-se:

1º) que efeito produziu a legislação da União sobre a legislação do Estado, no que era contrária a esta?

2º) que efeito produziu a revogação da legislação da União sobre a legislação do Estado?

5ª QUESTÃO: (20 pontos)

Por ocasião do falecimento de um famoso brasileiro, o Prefeito decide homenageá-lo, alterando a denominação de logradouro público. Decreto do antigo Estado da Guanabara, porém, não revogado expressamente pela legislação ordinária posterior, exige que as mudanças de denominação de logradouros públicos sejam objeto de lei, mesmo entendendo que o Prefeito tem competência para a denominação original. Apreciar a pretensão do Prefeito:

a) quanto à viabilidade da mudança da denominação por decreto executivo, em face, exclusivamente, das normas constitucionais e da Lei Orgânica do Município.

b) quanto ao risco de um decreto executivo, que perfizer a mudança pretendida, vir a sofrer objeção por ação direta de inconstitucionalidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª QUESTÃO: (20 pontos)

Constitui caso de desapropriação e, pois, sujeita a indenização, a área de recuo para alinhamento de ruas?

2ª QUESTÃO: (20 pontos)

A Municipalidade de São Paulo decide proibir, em dia de jogo no Estádio Municipal do Pacaembu, o ingresso, na área vizinha às bilheterias, de pessoas que se proponham a oferecer à venda bilhetes de ingresso que teriam sido subtraídos, dos escritórios do estádio, no dia anterior.

Dois funcionários públicos federais que haviam adquirido seis bilhetes, na mesma semana, na sede da Federação Paulista de Futebol, tendo desistido de assistir ao jogo, com seus familiares, resolveram vender os referidos bilhetes, pelo mesmo preço, junto à fila formada junto à bilheteria.

Tendo sido presos, no ato, por agentes da Administração Estadual, incumbidos da fiscalização, exibiram a nota fiscal de compra dos bilhetes.

Contudo, foram mantidos presos até o término do jogo e apreendidos os bilhetes de que eram portadores. Na oportunidade, jornalistas e fotógrafos que acompanhavam o início do jogo, documentaram a apreensão e entrevistaram os agentes de Administração Estadual, que indicaram os presos como vendedores clandestinos de ingressos para o jogo.

Os dois acusados propuseram ação contra a Prefeitura pleiteando indenização a título de reparação de danos materiais e morais.

É procedente o pedido? Fundamente a resposta, indicando os princípios e normas legais aplicáveis.

3ª QUESTÃO: (20 pontos)

Lei recente concedeu a funcionários da Câmara de Vereadores aumento ou reajuste de vencimentos, em virtude de reestruturação de carreira sem correspondência no Executivo. Com apoio nessa lei, servidores de uma das Secretarias do Executivo requereram, ao Prefeito, que igual tratamento

lhes fosse estendido. O requerimento foi indeferido. Baseou-se o despacho em jurisprudência, e em interpretação do texto constitucional.

Inconformados, os funcionários impetraram mandado de segurança.

Minutar o ofício de informações ao juízo do mandado de segurança.

4ª QUESTÃO: (20 pontos)

A Administração do Município “M” inabilita a empresa “A”, licitante de contrato de empreitada de obras civis, por não ter comprovado o pagamento de anuidade vencida do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e , ainda, comprovado a quitação fiscal com a Fazenda local.

A empresa “A” recorre administrativamente da decisão e obtém a anulação pedida, com sua reinclusão no certame. Mas nesse ínterim a licitação chegou a seu termo, tendo sido o contrato adjudicado à licitante “B”, que invoca direito ao contrato.

A Administração Municipal pede à sua Procuradoria Geral orientação. O candidato deve prover essa orientação abordando os aspectos jurídicos da questão, entre os quais, necessariamente, a juridicidade das decisões inabilitatória e recursal, os direitos dos licitantes “A” e “B”.

5ª QUESTÃO: (20 pontos)

A Santa Casa da Misericórdia da Cidade “X”, pede às lideranças municipais na Câmara de Vereadores que seja aberta uma servidão de passagem, em imóvel vizinho, para que os anciãos recolhidos nas dependências de um asilo mantido pela entidade tenham acesso a uma praia.

A Câmara de Vereadores, em atenção ao solicitado, aprova Projeto de Lei declarando de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa a área referida.

O proprietário do imóvel, inconformado com a iminente imposição de gravame, peticiona ao Prefeito para que não sancione a lei.

O Prefeito pede à Procuradoria Geral uma orientação. Examine a questão formal e materialmente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1º QUESTÃO: (20 PONTOS)

Havendo pluralidade de réus, é válido que um só ofereça reconvenção? E havendo pluralidade de autores, é possível contra um só deles reconvir?

2º QUESTÃO: (20 PONTOS)

A “taxa de lixo”, instituída, tempos atrás, pelo Município do Rio de Janeiro, teve declarada a sua inconstitucionalidade, através do incidente regulamentado pelos arts. 480 a 482 do C.P Civil.

Face a essa circunstância, que foi divulgada pelos jornais, um cidadão procurou seu advogado, indagando se deveria ou não continuar a pagar a taxa, cujos “carnets” lhe foram enviados pela Prefeitura, e ainda se a lei que havia instituído estava ou não em vigência.

Supondo que você seja esse advogado, responda, justificadamente, às indagações do cliente.

3º QUESTÃO: (20 PONTOS)

A petição inicial de ação a que responde o Município alega:

- a) Em obras de arruamento, com desapropriação de outros prédios, houve apropriação, pelo Município, de 2/3 de imóvel do demandante;
- b) A apropriação tornou inviável a utilização do imóvel.

O pedido de ressarcimento dos danos é acompanhado de autos de produção antecipada de prova, com laudos, inclusive, dos assistentes técnicos de ambas as partes.

O juiz dispensa a prova pericial e julga a lide antecipadamente, condenando o Município ao pagamento da indenização arbitrada pelo perito.

Como Procurador do Município, como faria a impugnação da dispensa da prova e do julgamento antecipado, em eventual recurso?

4º QUESTÃO: (20 PONTOS)

Uma Sociedade de Economia Mista do Município declara, por deliberação unânime de sua Diretoria, nulo o contrato de empreitada.

A Sociedade empreiteira propõe, contra o Município, uma ação para haver perdas e danos decorrentes dos prejuízos que sofreu e dos lucros que deixou de auferir em virtude da deliberação aludida.

Contesta o Município, alegando sua ilegitimidade passiva.

Demais disso, denuncia a lide à Sociedade de Economia Mista, a qual, por seu turno, litisdenuncia seus diretores.

Procede a preliminar de ilegitimidade?

São admissíveis as litisdenúncias e podem ser acolhidas?

5º QUESTÃO: (20 PONTOS)

Em uma ação de indenização movida por um consumidor à empresa fabricante de determinado defensivo agrícola, em razão de danos ocasionados à sua saúde, foi proferida decisão de improcedência do pedido, que formou coisa julgada.

Posteriormente, o Ministério Público propôs ação civil pública por danos ao consumidor contra a mesma empresa, sob o idêntico fundamento, de que o defensivo agrícola por ela produzido possuía uma substância lesiva à saúde dos usuários. A decisão que sobreveio julgou procedentes os pedidos para condenar o fabricante a suprimir a substância nociva da fórmula do produto, e bem assim a indenizar os consumidores lesados que se habilitassem em sede própria.

Considerando que a decisão havida na ação civil pública transitou em julgado, pergunta-se: o consumidor que perdera a ação individual poderá habilitar-se à indenização que será apurada por ocasião da liquidação do *decisum* que condenou a empresa? Fundamente.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1º QUESTÃO: (30 PONTOS)

Tício celebrou com Caio um contrato de permuta, pelo qual se obrigou a trocar com este um carro importado, marca BMW, ano de fabricação 1955, de sua propriedade, por um quadro, pintado por Silvio Pinto, de propriedade de Caio.

Tício cumpriu desde logo a sua obrigação, sendo que Caio se obrigara a entregar o quadro no prazo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, ocorrida em 19 de janeiro de 1995.

As partes ajustaram que Caio poderia cumprir a sua obrigação, entregando a Tício, em lugar do quadro, a importância de R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

Acontece que, em 13 de fevereiro de 1995, o quadro se perdeu totalmente, em razão de uma enchente decorrente de um intenso temporal, verificada no imóvel em que o mesmo estava guardado. Diante disso Tício, no dia 23 de fevereiro de 1995, interpelou a outra parte para que, em face da perda do quadro, lhe entregasse a referida importância em dinheiro, sob pena

de responder pelas perdas e danos devidos. Como Caio se mantivesse silente, Tício contra ele promoveu uma ação judicial para haver os R\$40.000,00 (quarenta mil reais), com as perdas e danos e cominações de praxe.

Pergunta-se:

- a) Qual a espécie de obrigação assumida por Caio no aludido negócio?
- b) Procede a ação judicial aforada por Tício contra Caio?

Justificar a resposta positiva ou negativa.

2º QUESTÃO: (35 PONTOS)

Caio, proprietário de um terreno nesta cidade, nele instalou uma fábrica de produtos químicos, que passou a explorar.

Tempos depois, Caio vende a fábrica a Tício, com todos os equipamentos que a guarneciam, e lhe deu em locação o terreno, operações que foram feitas em escrituras separadas: uma de venda da fábrica e outra de locação do terreno.

Ciente dos negócios efetuados entre Caio e Tício, a Prefeitura Municipal, com invocação do inciso II do art. 156 da Constituição Federal, que diz competir aos Municípios instituir imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis, pretende a cobrança de tal imposto, pois, sendo a fábrica bem imóvel por acessão intelectual, sua venda está sujeita àquele tributo.

Procede a pretensão do Município?

Fundamentar devidamente a resposta.

3º QUESTÃO: (35PONTOS)

Caio toma um empréstimo bancário, alienando fiduciariamente, em garantia da dívida, duzentas sacas de café, que já possuía em seu estoque. Uma vez não paga a dívida na data aprazada, propõe o Banco ação de busca e apreensão. Não encontrando os bens alienados (que haviam sido, de fato, inteiramente consumidos), e não tendo sido purgada a mora, o Banco requer a conversão do pedido de busca e apreensão em ação de depósito, nos termos do art. 4º do decreto-lei nº 911/69. Diante de tais circunstâncias, deve o juiz acolher o pedido de prisão de Caio, formulado pelo Banco?

Justifique a resposta.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1º QUESTÃO: (25 PONTOS)

Qual é a posição do substituto legal tributário no quadro da sujeição passiva (art. 121 do Código Tributário Nacional)?

Fundamente a resposta.

2º QUESTÃO: (25 PONTOS)

Uma empresa, após a prestação do serviço, reduziu o valor que estava cobrando, para obter o pagamento do preço, tendo em vista as dificuldades financeiras da devedora.

Esse desconto concedido pode ser abatido na base de cálculo do ISS?

Fundamente a resposta, indicando, inclusive, os dispositivos legais pertinentes.

3º QUESTÃO: (25 PONTOS)

Escritório de Advogados Associados, pessoa jurídica, requer mandado de segurança preventivo contra autoridade municipal responsável pela coordenação do imposto sobre serviços de qualquer natureza do Rio de Janeiro. Objetiva, com o procedimento, impedir o lançamento do ISS, contra si, pelo não recolhimento do tributo, no presente exercício financeiro, na forma tal como proposta na Lei Municipal nº 2.080/93. Ao sentir do requerente, a norma jurídica aqui destacada suprimiu tratamento fiscal benéfico a determinados contribuintes, como as sociedades uniprofissionais, atentando, na hipótese, contra direito líquido e certo, que teriam, diante do disposto no art. 9º, §3º, do decreto-lei nº 406/68, segundo a redação que lhe conferiu a lei complementar nº 56/87. Para a impetrante, a lei municipal nº 2.080/93, que alterou o Código Tributário do Município, desrespeitou comando superior de diploma legal com natureza de lei complementar recepcionada pela Constituição Federal.

Procurando atingir o âmago da questão, no aspecto de mérito, de modo conciso e objetivo, indique os pontos fundamentais das teses da defesa a ser apresentada pela Procuradoria Geral do Município, considerada a postulação deduzida do impetrante.

Justifique a resposta, indicando, inclusive, os dispositivos constitucionais e legais que a ampare.

4º QUESTÃO: (25 PONTOS)

Tício e Caio, irmãos, em datas diversas, adquiriram os apartamentos nº 102, 201, 301 e 401 de edifício situado no Município do Rio de Janeiro, sendo de 50% (cinquenta por cento) a quota de cada irmão, em cada imóvel.

Mais tarde, os irmãos resolveram pôr fim a essa situação, celebrando contrato, por escritura pública, segundo o qual Tício ficaria com os apartamentos nº 301 e 401, no valor venal de R\$100.000,00 (cem mil reais), cada, e Caio receberia os apartamentos nº 102 e 201, que apresentavam valores venais, respectivamente, de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) e

R\$100.000,00 (cem mil reais), mais R\$20.000,00 (vinte mil reais) em dinheiro, pagos por Tício.

Tendo a Fazenda Pública Municipal exigido, de cada irmão, o pagamento do imposto de transmissão *inter vivos* (ITBI), calculado sobre a metade do valor de cada imóvel, Tício e Caio impetraram mandado de segurança contra a exigência, alegando:

1º) que o inciso II do caput do artigo 156 da Constituição Federal, não autoriza a incidência do imposto sobre a permuta, ato realizado sem fim de lucro;

2º) que, nas divisões para extinção de condomínio de imóveis, quando qualquer condômino receber quota-parte material, cujo valor seja maior do que sua parte ideal, o imposto incide apenas sobre o valor excedente.

Que argumentos deverá o Município, invocar em sua impugnação, no que concerne à incidência do tributo e à sua base de cálculo?

Justifique suas respostas, indicando, inclusive, os dispositivos constitucionais e/ou legais que as amparem.